

Os padrões de consumo no campo e na cidade: a aproximação entre os modos de vidas de citadinos e rurais

Gustavo Bastos Braga, Ana Louise de Carvalho Fiúza
y Neide Maria de Almeida Pinto
Universidade Federal de Viçosa, Viçosa

Consumption patterns in the country and in the city: the approximation between the lifestyles of urban and countryside residents

RESUMO

Este artigo discute as transformações dos modos de vida em sociedades rurais. Este tema se ancora na própria delimitação entre o que deve ser considerado como rural e urbano. O artigo apresenta o debate presente na academia, principalmente, a partir da segunda metade do Século XX, período em que a expansão da industrialização e da urbanização se acentua. Destaca-se, no marco teórico apresentado, o debate entre duas grandes tendências teóricas: os defensores da perspectiva do *continuum rurbano*, que apontam para o fenômeno de aproximação dos modos de vida dos rurais em relação aos citadinos, e a perspectiva da “*nova ruralidade*”, daqueles que defendem a idéia da reinvenção de um modo de vida rural em meio ao movimento de aproximação entre o campo e cidade, que permitira às identidades nativas se reconfigurarem com base em sua própria cultura. Dada a importância desse tema, nomeadamente, no que concerne às políticas de desenvolvimento rural, o presente artigo defende a pertinência de se utilizar um “índice de urbanidade e ruralidade”, capaz de apontar aspectos dos modos de vida das populações que vivem no campo que estão sendo impactados pelo processo de urbanização que se expande largamente. De fato, um “índice de urbanidade e ruralidade”, é uma ferramenta, sob muitos aspectos, inegavelmente reducionista. Mas, por outro lado, um “índice de urbanidade e ruralidade” pode ser muito útil para o direcionamento de políticas públicas de forma a considerar as especificidades locais. Com o objetivo de buscar visualizar se há aproximações entre o modo de vida daqueles que vivem no campo e na cidade no estado de Minas Gerais, no Brasil, foram priorizadas neste artigo, algumas das variáveis constitutivas do modo de vida, especificamente, aquelas relativas ao consumo de bens duráveis, à estrutura familiar e ao emprego, obtidas através dos microdados do Censo Demográfico de 2010as quais foram formatadas em tabelas no formato *crosstabs* para a realização de testes estatísticos de qui-quadrado de Pearson e Teste t de médias. Os resultados mostraram pequenas diferenças entre os padrões de consumo e a estrutura familiar presentes no campo e na cidade, apontando para a aproximação de algumas dimensões do modo de vida dos rurais em relação aos citadinos, em Minas Gerais.

Palavras-chave: Modo de Vida, Urbano, Rural.

RESUMEN

El debate sobre la transformación del *way of life* en las sociedades rurales inicialmente se ancla en la delimitación entre lo que se debe considerar como rural y urbana es ampliamente debatido en la literatura. Guiar sob los ojos de los autores como Wirth, Lefebvre, Rambaud, Cándido Sánchez-Casas, y un sinnúmero de otros autores contemporáneos como Wanderley, Ram, Graziano Silva, Favareto, Endrich, que han estado discutiendo las similitudes y especificidades en relación con lo *way of life* rural. Dada la importancia de este tema, este artículo discute algo muy controversial en su marco teórico: la importancia de la construcción de "índice de urbanidad y ruralidad", que se puede utilizar para mostrar en qué aspectos de las transformaciones en las formas de vida en las sociedades rurales se modifican y de qué manera mantener sus especificidades. Un índice es una herramienta en muchos aspectos innegablemente reduccionistas, pero puede ser muy útil para orientar las políticas para tener en cuenta las especificidades locales. Con el objetivo de conseguir ver si hay similitudes entre lo *way os life* de los que viven en zonas rurales y urbanas en el estado de Minas Gerais, Brasil, se utilizaron datos sobre el consumo de bienes durables, la estructura del hogar y el empleo, que se obtiene a través de los microdatos del Censo Demográfico Brasileño de 2010. Con lo uso de tablas de referencia cruzada y lo test de cui-cuadrado de Pearson y la prueba t de las medias, los resultados muestran pequeñas diferencias entre el campo y la ciudad, lo que refuerza el enfoque de medios de vida entre la gente de la ciudad y del campo.

Palabras clave: Way of Life, Urbano y Rural.

ABSTRACT

The debate regarding lifestyle transformations in rural societies is primarily anchored in the very delimitation of what is to be considered rural or urban, a recurring theme within the related literature. This research was guided by the views of authors such as Wirth, Lefebvre, Rambaud, Cándido, Sanches-Casas, amongst many other contemporary ones, such as Wanderley, Carneiro, Graziano Silva, Favareto and Endrich, who have been discussing the approximation and the specificities regarding rural lifestyles. Given the importance of the theme, this article discuss, in your referential theoretical, a widely controversial topic: the pertinence of creating the "Urbanity and Rurality Index" to evince the aspects where lifestyle transformations in rural societies change and the aspects where they retain their specificities. An index is, in many respects, an indisputably reductionist tool, but that can be of great use in directing public policies to consider local specificities. With the objective of see if there are similarities between the way of life those who live in rural and urban areas in the state of Minas Gerais Brazil, related variables of durable consumer goods, the family structure and employment, obtained through the Brazilian Demography Census 2010 microdata . Making use of crosstabs and statistical chi-square test and t-test means, the results show small dissimilarities between countryside and city, which strengthens the approach of livelihood among the townspeople and rural.

Keywords: Lifestyle, Urban, Rural.

1 Introdução

O debate acerca das transformações do modo vida em sociedades rurais se ancora em uma ampla bibliografia, suscitando controvérsias e debates longínquos acerca do próprio significado do que é o rural e o urbano, bem como o campo e a cidade. Autores clássicos como LEFEBVRE (1971), RAMBAUD (1973), CÂNDIDO (1977), QUEIROZ (1978), WIRTH (1979), bem como autores contemporâneos, como GRAZIANO SILVA (1997), ABRAMOVAY (2000), VEIGA (2004), FAVARETO (2007), KAGEYAMA (2008), SANCHES-CASAS (2009), WANDERLEY (2009), ENDRICH (2010), CARNEIRO (2012), MARTINEZ (2012) dentre outros, vem atualizando este debate em virtude dos próprios rumos do processo de transformação da Sociedade Rural em face do desenvolvimento de tecnologias domésticas, agrícolas e de uso pessoal, como as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e os meios de transporte.

O presente artigo mantém-se dentro da tradição de controvérsias que o tema suscita, ao tomar por objetivo a análise dos padrões de consumo entre citadinos e rurais, a fim de identificar aspectos relativos às “diferenças e especificidades” em cada um dos contextos. Buscou-se perceber se havia “aspectos comuns” constitutivos dos modos de vida das pessoas que vivem no campo e na cidade. Considera-se tal análise pertinente, em função das categorias relativas a “rural” e a “urbano”, bem como as relativas a “campo” e a “cidade” envolverem, sempre, representações sociais que se colocam na fronteira entre a ciência e o senso comum.

O artigo está estruturado em três partes. Inicialmente, se apresenta o debate referente às mudanças em torno do modo de vida das pessoas que vivem em sociedades rurais, considerando-se como tais, as aldeias, vilas, povoados ou, ainda, aquelas habitações que se encontram mais dispersas em meio ao campo. Assim, apresenta-se, inicialmente, a forma como tais categorias têm sido concebidas por diferentes autores. Na segunda parte deste artigo se apresenta o constructo teórico-metodológico utilizado para o estabelecimento de um índice capaz de apontar aspectos de confluência e de diferenciação entre os modos de vida das pessoas que vivem no campo e na cidade. Na parte final do artigo se destaca os pontos considerados mais relevantes em termos das transformações e permanências dos modos de vida em sociedades rurais.

2- Concepções teóricas sustentadoras do Índice de ruralidade e urbanidade

KAGEYAMA (2008) aponta que historicamente a distinção entre rural e urbano foi realizada pelo critério ocupacional. Dentre as concepções de ênfase nas características mais demográficas ENDLICH (2010) destaca que o rural é concebido como dispersão e o urbano como aglomeração. Esse critério é bastante difundido até por sua facilidade de aplicação, sendo utilizado em vários países tais como a Itália, a Grécia, a Argentina, Japão, o Panamá, dentre outros (Abramovay, 2000). Contudo, uma das dificuldades dessa forma de delimitação é justificar o patamar de corte para o estabelecimento do que se considera como rural e urbano.

RYBCZYNSKI (1996) é um crítico dessa forma de separação entre urbano e rural, para o autor essa é uma avaliação rude para aferir urbanidade e ruralidade dado que essa forma não vislumbra a riqueza dos habitantes, bem como a sua educação e a cultura. Para ABRAMOVAY (2000) esse critério impossibilita indicar se determinada região é mais ou menos rural. A ocupação econômica da população é também considerada uma forma de limitação entre rural e urbano. Países como Israel adotam essa forma, considerando urbana a localidade em que pelo menos dois terços dos chefes de família exercem atividades não agrícolas (ABRAMOVAY, 2000). Contudo, esse método também tem suas limitações. As atividades não agrícolas vêm crescendo no meio rural, sem mencionar que a adoção desse procedimento baniria os espaços rurais dos países desenvolvidos, em virtude a forte presença de práticas pluriativas entre famílias de agricultores que vivem em aldeias e vilages (ENDLICH, 2010). Outra delimitação de urbano e rural utilizada é a delimitação administrativa, como a adotada pelo IBGE e pelo o governo Brasileiro, que define rural e urbano (IBGE, 1996). Dado a quantidade de desvantagens dessa forma de delimitação é crescente o descontentamento em torno da definição de rural e urbano. Afastando-se dos critérios demográficos, há aqueles que procuram delimitar urbano e rural através do modo de vida. Lefebvre e Gaviria (1971) já apontavam o rural e o urbano como uma forma de agrupamento social que organiza de forma determinada o seu modo de vida independentemente de sua localização.

No entanto, no alvorecer do século XXI, essa distinção entre urbano e rural parece esvaziar o rural dos espaços físicos ao redor do mundo, destacando-se, cada vez mais, o

processo de aculturação aos modos de vida urbanos. Autores como (Laschewski, 2011) dão ênfase ao fato de que hoje o cidadão europeu no campo tem acesso ao *e-learning*, 100% da população que vive em áreas consideradas “rurais” do Uzbequistão e do Iran em 2010 tinham acesso a instalações sanitárias adequadas, segundo os padrões das Organizações das Nações Unidas – ONU. Para HERVIEU E VIARD (1996) na França essas famílias com estilo de vida rural já não são encontradas: “*não há urbanos ou rurais, há franceses que moram na cidade ou que moram no espaço rural*”.

Observar os hábitos de consumo das famílias que vivem no campo pode oferecer importantes indícios acerca do modo como o consumo afeta o seu modo de vida mais autônomo. A ética da autossustentação e o primado da segurança, da não dependência são afetados de que forma pela interação com a sociedade urbana? A utilização de critérios empíricos de acompanhamentos das transformações pelas quais passam os indivíduos que vivem seja no campo, seja em vilarejos e mesmo em pequenas “cidades” com menos de 20.000 pode ser útil, tanto do ponto de vista empírico, como conceitual.

Uma das formas de compreender essas características que os assentamentos humanos imprimem ao espaço pode ser através do *modo de vida* que seus habitantes nele imprimem. Mesmo sendo o modo de vida um termo usado frequentemente entre os sociólogos, a sua definição não apresenta a mesma trivialidade de seu uso. GUERRA (1993) aponta o termo como um *leitmotiv* impreciso. Esbarra-se nessa definição em dois obstáculos, um lógico e outro sociológico. O primeiro é dado pelo problema na classificação das práticas dos indivíduos (ligadas à ideia de modo de vida) e o segundo remete para a dificuldade em estabelecer as relações e diferenças entre práticas e a posição social (GUERRA, 1993). Ainda segundo GUERRA (1993), o conceito de *modo de vida* coloca a tônica em três níveis de importância nos estudos sociológicos, mas pouco articulados entre si: o sistema e os atores, a história e o cotidiano, e o objetivo e o subjetivo na percepção do real.

Nas origens do estudo da sociologia já havia preocupação com essa definição. Émile DURKHEIM (2002) aponta que os *modos de vida*¹ estão conectados às maneiras de agir, pensar e sentir, expandindo o conceito em dimensões *sociocultural, o psicoafectivo e o biológico-comportamental* (GONÇALVES; CARVALHO, 2007).

¹ Apesar de contradições na tradução, aqui se tomou modo de vida como a tradução de “*genre de vie*”, como aponta Maia (2001) “...podemos afirmar que a noção de modo de vida e mesmo a francesa, *genre de vie*, permeadas pela idéia central – a de expressar costumes... (MAIA, 2001, p. 84)”

SORRE (1948) concorda com as dimensões apontadas por DURKHEIM (2002) e considera a ligação entre o modo de vida e o meio físico. Para o autor o modo de vida pode ser entendido como as formas de adaptação de um grupo humano ao meio geográfico. Ele argumenta que, por exemplo, povos que vivem em regiões que exigem especializações como o Ártico mantém, mesmo após milênios, os mesmos modos de vida e quando houve uma degradação que alterou esse ambiente os modos de vida também se transformaram. Essa relação apontada por SORRE (1948) tempos mais tarde foi resgatada por CLAVAL (2012) e pode corroborar a ideia de que os espaços “cidade e campo” têm diferentes modos de vida, urbano e rural respectivamente, e que o avanço do urbano sobre o rural apontado por BENGIS e SCHMIDT-THOMÉ (2006) pode alterar o modo de vida daqueles que vivem no campo.

GONÇALVES E CARVALHO (2007) apontam outro conceito, o de Estilo de Vida, próximo do modo de vida, que na visão de alguns autores, como MAIA (2001), poderiam ser intercambiados. Esse conceito poderia ser definido em apenas uma frase “*as maneiras de viver*”, na visão de Rocher, que ante a simplicidade traz consigo uma profundidade na reflexão sociológica já que, Segundo GONÇALVES E CARVALHO (2007), o termo maneiras traz consigo as “dimensões do sujeito individual à coletividade social e ambiental (GONÇALVES; CARVALHO, 2007, p. 2)”, e o termo viver “implica a realização das vontades, desejos e anseios da pessoa” (GONÇALVES; CARVALHO, 2007, p. 2). Mas o que seria o termo *modo de vida* afinal? Segundo FOUCAULT (1981):

Um modo de vida pode ser partilhado por indivíduos de idade, estatuto e atividade sociais diferentes. Pode dar lugar a relações intensas que não se pareçam com nenhuma daquelas que são institucionalizadas e me parece que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e a uma ética^{II} (FOUCAULT, 1981, p. 3).

Foucault toma o modo de vida sob uma perspectiva cultural. Para o autor o modo de vida ultrapassa a divisão por idade, classe ou profissão. Assim, na visão de FOUCAULT (1981), um *modo de vida* não pode se remeter somente a uma característica superficial ou a um rótulo. O modo de vida é composto de uma soma de fatores sociais que compõe um tecido complexo. Indo de encontro à perspectiva de Foucault, MAIA (2001) aponta que os modos de vida procuram *expressar costumes*.

^{II} Dentro desta perspectiva o conceito de “modo de vida” poderia se aproximar da concepção de “visão social de mundo” apresentada por Michael Lowy, que seria típica de uma época e não de um grupo social específico, ou

Desta forma, este artigo tomou algumas das dimensões constitutivas dos costumes de citadinos e rurais, como os padrões de consumo, a estrutura familiar, o trabalho, as características da moradia, a fim de analisar a existência ou não de semelhanças entre os modos de vida das pessoas que viviam em regiões consideradas como rurais e urbanas pelo poder público em 2010.

3 Material e métodos

Este estudo utilizou uma abordagem quantitativa de coleta e análise dos dados. O levantamento dos dados foi realizado em *cross-section*, no ano de 2010, com dados do Censo Demográfico Brasileiro de 2010 promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Fazendo uso de microdados foram selecionados para pesquisa todos os habitantes do estado de Minas Gerais, considerando o peso, perfazendo uma amostra total de 19.609.635 habitantes. Foram utilizados os dados disponibilizados pelo projeto *Integrated Public Use Microdata Series, International* e esses foram analisados pelo software *SDA: Survey Documentation and Analysis* (MINNESOTA POPULATION CENTER, 2013).

Como limitações deste estudo destacamos o fato de ele não explorar uma dimensão mais ampla dos aspectos constitutivos dos modos de vida, mas de estar restrito a algumas constitutivas deste, tais como variáveis relativas ao consumo de bens duráveis, à estrutura familiar, ao trabalho e às características da moradia. Além disto, considerou-se um único ano para a análise, 2010, o que inviabilizaria afirmações mais contundentes em termos de transformações dos modos de vida. Por outro lado, os dados do Censo brasileiro de 2010 servem como *proxies* dos modos de vida.

Assim, em termos dos bens consumo analisados considerou-se: *Aparelho de telefone (fixo e móvel); Aparelho de televisão; Refrigerador; Máquina de lavar roupas; Radio*. Para análise das relações familiares utilizou-se as seguintes variáveis: *Número de membros da própria família na mesma residência; Status matrimonial*. Também foi analisado o trabalho dos indivíduos: *Enquadramento profissional seguindo a Classificação Internacional Tipo de Profissões* (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2011); *Número de horas*

mesmo de “estilo de pensamento” de Manheim, os quais descreveriam diferentes modos de olhar as coisas. Estes estariam para além das próprias diferenças de classes sociais.

semanais trabalhadas no emprego principal. Ainda foi analisado o acesso aos serviços públicos: *Acesso a eletricidade; Acesso ao tratamento de água; Acesso ao serviço de coleta de lixo; Acesso a serviço de esgoto; Acesso a internet*.

Para visualizar se estas variáveis estão associadas à localização do domicílio na cidade ou no campo foi realizado o teste de Chi-quadrado de Pearson. O cálculo do Chi-quadrado de Pearson foi realizado utilizando a fórmula:

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^n \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i}$$

Sendo χ^2 o valor da estatística de Chi-quadrado de Pearson a qual assintoticamente segue a distribuição de Chi-quadrado; O_i é a frequência observada; E_i é a expectativa da frequência; e, n é o número de células na tabela de associação. Além do teste de chi-quadrado de Pearson foi calculado o Teste T de Student para amostras independentes para as variáveis escalares com o intuito de estabelecer se há diferenças significativas nas médias dessas entre o campo e a cidade.

4 Resultados e Discussão

Para realizar as análises primeiramente foi criada uma tabela de contingência (*crosstab*) para cada variável em estudo, as quais foram relacionadas à localização do domicílio. A primeira análise realizada tange as variáveis relativas ao consumo, como visto na Tabela 1. Como visto o espaço considerado como rural pelo poder público apresentava um percentual reduzido de telefone fixo se comparado ao urbano. Para visualizar se essa associação era significativa ocorria foi calculado o chi-quadrado de Pearson que apresentou um p-valor de 0,000. Isso indicou que havia associação entre a existência de telefone em relação ao tipo do espaço, se rural ou urbano.

Para se alcançar maior clareza quanto à utilização dos meios de comunicação, considerou-se, também, a existência de celular. Estes dados já apontaram para uma situação bem diferente em relação ao uso de telefone fixo. Na telefonia móvel também se visualiza uma diferença significativa estatisticamente entre aqueles que têm aparelho celular no campo e na cidade. No entanto, não há uma diferença tão grande em pontos percentuais quanto na telefonia fixa, de fato há mais pessoas com celular do que com telefone fixo no campo. Essa reduzida diferença é vista em todas as outras variáveis relativas ao consumo de bens duráveis, que exceto pela máquina de lavar roupas, apresentam diferenças menores que 11 pontos

percentuais entre o campo e a cidade. Estes dados contrariam o suposto idílio rural apontado por BENSON E O'REILLY (2009). Os dados indicam que os indivíduos que vivem no campo buscam novas tecnologias. Identifica-se uma diferença tênue entre o padrão de consumo rural e urbano como apontado por BEAUJEU-GARNIER (1997).

Na tabela 2 estão apresentados os resultados das análises das variáveis relativas às relações familiares. O status matrimonial apresentou resultados muito próximos entre os que vivem na cidade e no campo, chama a atenção para o maior percentual de pessoas que não se casaram nem coabitaram no campo. Nessa variável também é possível ver percentuais muito próximos entre aqueles que preferiram a união consensual, de fato a diferença nesse quesito é menor que um por cento. Também é demonstrado que a separação *de facto* (separação judicial efetiva) não é um tabu no campo já que em termos percentuais essa é igual no campo e na cidade. Essas aproximações nos percentuais demonstram que os modos de vida, no que tange a dimensão sociocultural da união entre pessoas são próximas no urbano e no rural, mostrando que a diferença entre os modos de vida entre o campo e a cidade no estado de Minas Gerais é reduzida.

No que tange o tamanho das famílias em que seus membros coabitam a mesma residência, como demonstrado na tabela 2, as famílias do campo são, em média, ligeiramente maiores que as famílias da cidade. Essa diferença apesar de pequena é estatisticamente significativa pelo teste t de médias. As variáveis relativas ao trabalho são apresentadas na tabela 3, nela se encontram seguindo a profissão dos trabalhadores do campo e da cidade segmentado na classificação ISCO (*International Standard Classification of Occupations*) e a relação de média das horas trabalhadas no emprego principal.

Como visto na tabela 3 ainda há no campo um contingente relativamente alto de pessoas trabalhando em serviços ligados à agricultura, à pecuária e à pesca. No entanto, esse percentual não é tão alto quanto o esperado, correspondendo a 17,7% das pessoas que vivem no campo. É importante ressaltar, ainda, que trabalha-se no emprego principal, no campo, em média, ligeiramente menos horas semanais, do que na cidade.

Considerações finais

Os dados relativos aos padrões de consumo, à estrutura familiar e ao trabalho, levantados nesse estudo apontam uma grande semelhança relativa aos indivíduos que vivem no campo ou cidade. Tal fato parece evidenciar um processo de aproximação de algumas

dimensões constitutivas dos modos de vida dos rurais em relação aos citadinos, no estado de Minas Gerais. Contudo, não se pode perder de vista que este estudo apresenta uma limitação metodológica, por considerar o modo de vida apenas por algumas variáveis. Ficaram de fora, por exemplo, o consumo de alimentos, que pode conter importantes e significativas diferenças entre os moradores do campo e da cidade, bem como outros aspectos relacionados ao lazer, à religiosidade, às formas de sociabilidade, escolaridade, ocupação etc. Para se suplantar essas restrições poder-se-ia criar uma agenda de pesquisa utilizando *proxies* de outros determinantes do modo de vida, como condições econômicas e relações sociais. Além de realizar incursões qualitativas para corroborar ou refutar os resultados aqui encontrados.

No entanto, os dados apresentados nos permitem ter alguns indícios acerca do processo de transformação do modo de vida rural tradicional, o qual se caracterizava pela valorização da auto-sustentação, da não dependência e da segurança na reprodução do grupo familiar. O estudo mostrou que nem o agricultor era hegemônico no campo, em Minas Gerais, nem aqueles que viviam no campo com outras profissões apresentavam um padrão de consumo voltado para a auto-suficiência. Todavia, não se pode afirmar qualquer coisa relativa a um suposto abandono da busca por segurança e auto-suficiência, em virtude de serem afirmações que carecem de cruzamentos de dados muito mais aprofundados. Contudo, é inegável, que ao não depender mais unicamente da agricultura e ter acesso a rendimentos monetários fixos, como pensão, aposentadoria e salário, gera a segurança em relação a sua reprodução, ao mesmo tempo que dilata a sua dimensão de consumidor e encolhe a de produtor, modificando uma dimensão importante do modo de vida rural tradicional. Se no passado ele assegurava a sua sustentação sendo produtor, hoje ele pode fazê-la tornando-se consumidor.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA 2000.

BENGIS, C.; SCHMIDT-THOMÉ, K. **Urban-rural relations in Europe**. EPSON Final Report, p. 482, 2006.

BENSON, M.; O'REILLY, K. Migration and the search for a better way of life: a critical exploration of lifestyle migration. **The Sociological Review**, v. 57, n. 4, p. 608-625, 2009. ISSN 1467-954X.

BERNARDELLI, M. L. F. D. H. O caráter urbano das pequenas cidades da região de Catanduva – SP. In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. (Ed.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CARNEIRO, Maria José. *Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. 268p.

CLAVAL, P. **Géographie culturelle**: une nouvelle approche des sociétés et des milieux. Paris: Armand Colin, 2012. p. 276

DURKHEIM, É. **L' éducation morale**. Paris: Librairie Félix Alcan, 2002.

ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. (Ed.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAVARETO, Arilson da Silva. *A longa evolução da relação rural-urbano*. Para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. *Ruris*, v.1, n. 1, 2007. pp. 157-190.

FIÚZA, A. L. D. C.; PINTO, N. M. D. A. **The contribution of conceptual distinction between “field” and “rural” and “city” and “urban” for researchers of rural sociology**. XIII World Congress of Rural Sociology. July 29 to August 4. Lisboa 2012.

FOUCAULT, M. **Da amizade como modo de vida**. *Gai Pied*, n. 25, p. 38–39, 1981.

GONÇALVES, A.; CARVALHO, G. **Diferenças de estilos de vida entre populações jovens de meio rural (Boticas) e de meio urbano (Braga)**. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Estudos da Criança, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, Belo horizonte. 7 (1):43-81, 1998.

GUERRA, I. **Modos de vida: novos percursos e novos conceitos**. Sociologia - Problemas e Práticas, p. 59–74, 1993.

HERVIEU, B.; VIARD, J. **Au bonheur des campagnes (et des provinces)**. Paris: L’Aube, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Classificação Portuguesa das Profissões**. Lisboa: INE, 2011. p. 485

KAGEYAMA, Â. **Desenvolvimento rural. Conceitos e aplicação ao Caso Brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LASCHEWSKI, L. Innovative E-Learning in Rural Areas: A Review, 2011.

LEFEBVRE, H.; GAVIRIA, M. **De lo rural a lo urbano**. Península Barcelona, 1971.

LEFEBVRE, H. Problemas de sociologia rural. In: MARTINS, J.S. (org.). **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora, UFMG, 2008.

MAIA, D. S. **A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições**. Terra Livre, n. 16, p. 71–98, 2001.

MARTINEZ, M.. Los procesos asociados a la nueva ruralidad y su influencia en los espacios rurales tradicionales. El caso de Nueva Francia, departamento Silípica, provincia de Santiago del Estero.. **Estudios Rurales**, Argentina, 1, sep. 2012.

MINNESOTA POPULATION CENTER. **Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 6.2**. Minneapolis: University of Minnesota, 2013.

PEREIRA, M. G.; FREITAS, M. A. V.; DA SILVA, N. F. Rural electrification and energy poverty: Empirical evidences from Brazil. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 14, n. 4, 2010. QUEIROZ, M. I. P. **Cultura, Sociedade Rural e Sociedade Urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Ed., 1978. 314 p.

RAMBAUD, P. **Les fondements de l'Europe agraire**. Paris: Editions L'Harmattan, 1995.

RAMBAUD, P. **Société rurale et urbanisation**. Paris: Editions du Seuil, 1973, 343 p.

RYBCZYNSKI, W. **A vida nas cidades: expectativas urbanas no novo mundo**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SANCHEZ-CASAS, C. La centralidad de el modo de asentamiento durante el predominio de la contradicción campo-ciudad. In: (Ed.). **Sociedad, sistema y habitat**. Madrid: Los libros, 2009.

SOBARZO, O. O Urbano e o rural em Henri Lefebvre. IN: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SORRE, M. **La notion de genre de vie et sa valeur actuelle**. Annales de Géographie, v. 57, n. 306, p. 97–108, 1948.

UNDATA. **UNDATA - United Nations Statistics Division** 2013.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados** 2004, Vol. 51, n. 18, pp. 51-67.

WANDERLEY, M. D. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. UFRGS Editora, 2009.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. VELHO, O. G. O. **Fenômeno urbano**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

Tabela 1 – Tabela de contingência da existência de bens de consumo

Acesso a Bens de Consumo				
	Telefone Fixo			
	NIU (fora do Universo)*	Não	Sim	TOTAL
1: Rural	0,7 18.978,20	94,8 2.731.479,40	4,5 130.930,10	100 2.881.387,70
2: Urbano	0,5 78.801,90	53,2 8.897.660,50	46,3 7.751.784,90	100 16.728.247,30
COL TOTAL	0,5 97.780,00	59,3 11.629.139,90	40,2 7.882.715,10	100 19.609.635,00
	Telefone Móvel			
	NIU (fora do Universo)*	Não	Sim	TOTAL
1: Rural	0,7 18.978,20	34,5 994.379,30	64,8 1.868.030,20	100 2.881.387,70
2: Urbano	0,5 78.801,90	11,1 1.860.490,60	88,4 14.788.954,80	100 16.728.247,30
COL TOTAL	0,5 97.780,00	14,6 2.854.870,00	84,9 16.656.985,00	100 19.609.635,00
	Aparelho Televisor			
	NIU (fora do Universo)*	Não	Sim	TOTAL
1: Rural	0,7 18.978,20	10,6 304.188,20	88,8 2.558.221,30	100 2.881.387,70
2: Urbano	0,5 78.801,90	2,3 383.952,40	97,2 16.265.493,00	100 16.728.247,30
COL TOTAL	0,5 97.780,00	3,5 688.140,60	96 18.823.714,30	100 19.609.635,00
	Refrigerador			
	NIU (fora do Universo)*	Não	Sim	TOTAL
1: Rural	0,7 18.978,20	13,1 376.515,10	86,3 2.485.894,40	100 2.881.387,70
2: Urbano	0,5 78.801,90	3 508.151,70	96,5 16.141.293,70	100 16.728.247,30
COL TOTAL	0,5 97.780,00	4,5 884.666,90	95 18.627.188,10	100 19.609.635,00
	Maquina de Lavar Roupas			
	NIU (fora do Universo)*	Não	Sim	TOTAL
1: Rural	0,7 18.978,20	84,1 2.422.093,30	15,3 440.316,20	100 2.881.387,70
2: Urbano	0,5 78.801,90	53,1 8.888.973,30	46,4 7.760.472,10	100 16.728.247,30
COL TOTAL	0,5 97.780,00	57,7 11.311.066,60	41,8 8.200.788,30	100 19.609.635,00
	Rádio			
	NIU (fora do Universo)*	Não	Sim	TOTAL
1: Rural	0,7 18.978,20	15,9 457.624,30	83,5 2.404.785,20	100 2.881.387,70
2: Urbano	0,5 78.801,90	12,8 2.141.988,70	86,7 14.507.456,70	100 16.728.247,30
COL TOTAL	0,5 97.780,00	13,3 2.599.613,00	86,2 16.912.241,90	100 19.609.635,00

*Não são consideradas dentro do universo pesquisado nas variáveis relativas ao consumo dos domicílios coletivos com morador e dos domicílios particulares improvisados ocupados.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Tabela 2 – Tabela de contingência das variáveis relativas à estrutura familiar

Estrutura familiar			
	Status Matrimonial		
	Rural	Urbano	TOTAL
Nunca casou nem coabitou	46,2 1.332.084,80	45,9 7.681.908,10	46 9.013.992,90
Casado ou união consensual não definido	0,2 6.405,50	0,2 32.247,70	0,2 38.653,20
Casado somente no civil	5 143.800,00	5,8 966.868,40	5,7 1.110.668,40
Casado somente no religioso	1,6 45.959,10	0,7 114.835,90	0,8 160.795,00
Casado no civil e no religioso	28,2 811.251,30	23,8 3.975.013,70	24,4 4.786.265,10
União consensual	10,2 294.980,40	10,9 1.816.857,30	10,8 2.111.837,70
Separado <i>de facto</i>	1,5 42.289,00	1,5 244.834,80	1,5 287.123,80
Separado do casamento	0,7 20.150,20	1,4 232.331,70	1,3 252.481,90
Separado de união consensual	2,1 60.307,50	3,5 584.101,20	3,3 644.408,70
Divorciado	0,7 20.824,10	2,1 351.956,40	1,9 372.780,60
Viúvo	3,6 103.335,80	4,3 727.292,00	4,2 830.627,80
COL TOTAL	100 2.881.387,70	100 16.728.247,20	100 19.609.635,00
Número médio de membros da própria família na mesma residência			
	Rural	Urbano	TOTAL
	4,27 2.881.387,70	3,91 16.728.247,30	3,97 19.609.635,00

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Tabela 3 – Tabela de contingência das variáveis relativas ao Trabalho

Variáveis relativas as Profissões			
	Classificação ISCO		
	Rural	Urbano	TOTAL
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos.	0,6 16.082,90	2 339.785,60	1,8 355.868,50
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	0,9 26.630,00	5 833.741,60	4,4 860.371,60
Técnicos e profissões de nível intermédio	0,6 17.594,50	3,3 549.733,80	2,9 567.328,40
Pessoal administrativo	0,4 12.942,80	3,7 613.119,60	3,2 626.062,40
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	1,9 54.909,40	8,3 1.381.322,90	7,3 1.436.232,30
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	17,7 509.680,90	1,7 285.272,20	4,1 794.953,10
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	2 57.190,70	6,2 1.043.625,70	5,6 1.100.816,40
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1,8 51.036,10	4,4 736.209,90	4 787.246,00
Trabalhadores não qualificados	16,4 471.132,30	9,8 1.631.124,90	10,7 2.102.257,20
Profissões das forças armadas	0 563,5	0,2 37.654,60	0,2 38.218,10
Outras ocupações não especificadas	2,5 70.679,50	3,2 537.299,90	3,1 607.979,40
NIU (fora do Universo)*	55,3 1.592.945,10	52,2 8.739.356,50	52,7 10.332.301,60
COL TOTAL	100 2.881.387,70	100 16.728.247,20	100 19.609.635,00
Número médio de horas semanais trabalhadas no emprego principal			
	Rural	Urbano	TOTAL
	40,17 1.288.442,60	40,64 7.988.890,70	40,58 9.277.333,30

*Não são consideradas no universo de pesquisa as pessoas com 10 anos ou menos de idade e nem as pessoas que não trabalhavam na semana anterior a 31 de julho de 2010, data de referência para o Censo Demográfico Brasileiro de 2010.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.